**Movimento Humanos Direitos (MHuD): Atuação de artistas brasileiros para a visibilidade da Luta Contra o Trabalho Escravo Contemporâneo**

*Flávia de Almeida Moura e Jeyciane Elizabeth Sá Santos*

**Resumo:** O presente trabalho refere-se a uma pesquisa em andamento cujo objetivo é apresentar as estratégias de comunicação do Movimento Humanos Direitos(MHuD) para pautar na mídia a temática escravidão contemporânea. Criado em 2002, o MHuD é uma associação de artistas que desenvolve atividades voltadas para erradicação do trabalho escravo; erradicação da exploração sexual infantil; demarcação das terras indígenas e das áreas dos quilombolas e ações socioambientais. O MHuD atua por meio da execução direta de projetos, programas ou plano de ações relacionados à iniciativas de prevenção e combate ao trabalho escravo auxiliando nas mobilizações por mudanças nas políticas públicas; participação em julgamentos; discussão de projetos; visita regiões onde há pessoas ameaçadas; produz vinhetas informativas para a televisão. Para o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos um *corpus* documental de materiais midiáticos localizados no site do MHuD divulgados no período de 2014, ano em que foi promulgada a PEC do Trabalho Escravo, buscando analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo movimento para pautar a temática escravidão contemporânea na mídia.

**Palavras-chaves:** Estratégias de Comunicação, Movimentos Sociais, Trabalho Escravo, Opinião pública.

**Introdução**

A proposta central deste artigo é analisar de que formas o Movimento Humanos Direitos (MHuD)[[1]](#footnote-1) utiliza o próprio site para dar visibilidade à temática trabalho escravo contemporâneo. A discussão faz parte da pesquisa de monografia em andamento que busca analisar as estratégias de comunicação utilizadas por artistas que compõem o MHuD para que o assunto seja pautado na mídia.

Para o desenvolvimento do estudo, apresentamos um *corpus* documental de materiais midiáticos que demonstram como MHuD utilizou o próprio site[[2]](#footnote-2) para tratar o tema escravidão contemporânea no ano em que foi promulgada a PEC do Trabalho Escravo[[3]](#footnote-3), buscando analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo movimento para pautar a temática escravidão contemporânea. Desse modo, a pesquisa busca entender as estratégias de comunicação traçadas pelo MHuD para envolver a sociedade nas discussões relacionadas ao tema.

Segundo informações compartilhadas no hotsite[[4]](#footnote-4) da Repórter Brasil, a PEC do Trabalho Escravo - Proposta de Emenda Constitucional (PEC 438) foi apresentada em 1999 pelo ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA), sob o número 57/1999. Ela propõe nova redação ao Art. 243 da Constituição Federal, que trata do confisco de propriedades em que forem encontradas lavouras de plantas psicotrópicas ilegais, como a maconha. A nova proposta estende a expropriação - sem direito à indenização - também para casos de exploração de mão de obra análoga à escravidão. A PEC 438/2001 define ainda que as propriedades confiscadas serão destinadas ao assentamento de famílias como parte do programa de reforma agrária ou ao uso social urbano.

**Estratégias de Comunicação do MHuD e a questão da opinião pública sobre a temática da escravidão contemporânea**

Para esta reflexão, trazemos a contribuição de autores que discutem comunicação de forma abrangente, como é o caso de Cecília Peruzzo (1998) que entende a comunicação como um espaço de trocas mútuas, como ferramenta capaz de promover a democracia, como algo indispensável para mobilização de grupos envolvidos com causas sociais.

[...] a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo. (PERUZZO, 1998, P.20-21).

Para analisar as estratégias de comunicação do MHuD, abordaremos a definição do termo estratégia apresentada por Bueno (2009) que considera a estratégia como a arte de definir e aplicar recursos como o intuito de atingir objetivos previamente estabelecidos. Partindo desse entendimento, a pesquisa define que estratégia de comunicação é “o modo como emissores/receptores constroem e dispõem de efeitos de sentido na cadeia de comunicação”. (BALDISSERA, 2001). E essas estratégias têm como principal objetivo visibilizar a temática, formando a opinião pública sobre o assunto a partir da mídia.

O estudo sobre opinião pública tem servido de base para diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, Etnologia, História, Ciências da Comunicação entre outros, evoluindo em paralelo com o desenvolvimento social, ganhando um caráter interdisciplinar.

No campo da Comunicação, os estudos de opinião pública buscam analisar os meios de comunicação na medida em que estes “possibilitam as trocas de informações” (NOVELLI, 2001 p.200) e, portanto, viabiliza o funcionamento da sociedade.

Os movimentos sociais discutem os problemas com o objetivo de transformar uma realidade e também constituindo em espaços de sociabilidade reforçando as relações entre os indivíduos.

Segundo Henriques (2007) a comunicação é um importante instrumento para auxiliar o movimento social no processo de transformação da realidade e, consequentemente, da sociedade. Segundo este autor, a comunicação deve ser planejada estrategicamente, para que a sociedade possa “sentir-se como parte do movimento e abraçar verdadeiramente sua causa” sendo esta geradora e motivadora de vínculos e interação, contribuindo para a representatividade e o sentimento de co-responsabilidade.

A comunicação é estrategicamente planejada na estruturação de um projeto mobilizador, uma vez que as pessoas precisam sentir-se como parte do movimento e abraçar verdadeiramente a sua causa. Sendo a participação uma condição intrínseca e essencial para a mobilização, a principal função da comunicação em um projeto de mobilização é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e valores (HENRIQUES, 2007, p 20-21).

Dessa forma, a formação da opinião pública no desenvolvimento social depende no grau de conscientização da sociedade; o que é possível pela liberdade, debates e compartilhamento de experiências.

A concepção de *esfera pública* surge no século XVIII com a ascensão da burguesia pelo desejo de influenciar nas decisões do estado rompendo a barreira imposta pela aristocracia da época “a esfera pública passou, então, a se caracterizar como a instância capaz de fazer a mediação entre o público, formado por pessoas privadas atuando politicamente e o Estado” (NOVELLI, 2001, p. 201). Sendo o principal mediador dessa relação o jornal, “nessa fase, ainda, caracterizado como jornal de opinião e não como meio de comunicação de massa”. (Idem, 2001, p. 201).

Para Habermas (1984), é considerada ‘pública’ a opinião pública de um grupo quando ela subjetivamente se impôs com a opinião dominante. (HABERMAS, 1984, p. 280). Segundo o autor, para existir uma verdadeira opinião pública é necessário liberdade de expressão e direito de todos os cidadãos que deverá ser garantido pelo poder público.

Neste sentido, o conceito de opinião pública pode assumir dois significados caso seja apelada como uma instância crítica em relação à “publicidade” no exercício do poder político e social ou como uma forte relação com a publicidade ou numa instância receptora com a publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulativo. (HABERMAS, 1984, p. 274).

A opinião pública de Habermas está vinculada a dois tipos de publicidade: (1) a crítica baseada na publicidade que mostra a realidade criticamente, no qual é possível a construção do debate para formação cidadã; e a (2) manipulativa, configurado numa publicidade que manifesta os interesses de um determinado grupo e se caracteriza na manipulação das opiniões e possui um lado subjetivo que a deixa dependente de acontecimentos e fatos.

Neste sentido, o autor mostra que o conceito de opinião pública só pode ser percebido a partir da mudança estrutural da esfera pública e da dimensão do seu desenvolvimento.

‘Opinião pública’ é algo que assume outro significado caso ela seja apelada como uma instância crítica em relação à “publicidade” no exercício do poder político e social normativamente exigida ou como uma instância receptora na relação com a publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulativo, sendo utilizados para pessoas e instituições, bens de consumo e programas. (HABERMAS, 1984, p. 274).

De acordo com Rudiger (2007), Habermas mostra que uma parcela importante de conquistas e liberdades que desfrutamos hoje se deveu à formação de uma esfera pública, em que sujeitos em princípio livres se reúnem para discutir e deliberar sobre seus interesses comuns.

A economia de mercado criou em seus primórdios um espaço público sustentado pela circulação de mídia impressa que permitiu à burguesia desenvolver uma consciência crítica em relação às autoridades tradicionais, encarnadas no Estado e na Igreja. (RUDIGER, 2007 In HOHLFELTD; MARTINO; FRANÇA , p.140)

Entretanto, Rudiger alerta que a expansão do aparelho do estado e do poder econômico do século XX rompe com esse equilíbrio e transforma a mídia bem como sua base tecnológica. Neste sentido, a esfera pública passa a ser colonizada pelo consumismo promovido pelos interesses mercantins e pela propaganda manipuladora de partidos políticos e estados pós-liberais, bem como em regimes democráticos de massa.

Segundo Habermas, o conteúdo crítico que essa esfera em princípio possuía viu-se pois forçado a ceder terreno e a assistir o surgimento de novas realidades. A figura do cidadão foi eclipsada pelas do consumidor e do contribuinte. A procura do consenso político pelo livre uso da razão individual teve de retroceder perante o emprego da mídia a serviço da razão de estado e a conversão da atividade política em objeto de espetáculo. (RUDIGER, 2007 In HOHLFELTD; MARTINO; FRANÇA , p.140)

Embora concordemos com Rudiger sobre o emprego da mídia atualmente a serviço da razão de estado, entendemos que alguns espaços dessa esfera pública, pode, em alguns casos, vislumbrar **um conceito determinado de emancipação, também discutida por Habermas. Exemplificamos isso na análise proposta neste artigo sobre a atuação do MHuD na estratégia de visibilizar o problema a partir de artistas conhecidos e reconhecidos pela mídia.**

O MHuD foi criado em 5 de dezembro de 2002, por iniciativa do ator Marcos Winter, que acompanhava as ações do Padre Ricardo Rezende[[5]](#footnote-5) na luta contra o trabalho escravo no norte do país. Trata-se de uma associação de artistas envolvida com questões relacionadas aos direitos humanos, que desenvolve uma série de atividades com olhar voltado para quatro ações prioritárias: erradicação do trabalho escravo; erradicação da exploração sexual infantil; demarcação das terras indígenas e das áreas dos quilombolas e ações socioambientais. Atualmente o grupo é dirigido pelas atrizes Camila Pitanga (Diretora Geral) e Dira Paes (Diretora Suplente).

Em maio de 2006, o movimento criou o site, lançado no III Fórum de Direitos Humanos, realizado no Rio de Janeiro. Três meses após a criação do site, o MHuD adotou um canal no youtube[[6]](#footnote-6) chamado Humanos Direitos. Em 2012, o movimento criou a página no facebook Conheça o MHuD.

No quadro abaixo, apresentamos as reportagens que compõem o *corpus* da pesquisa para exemplificarmos como o MHuD utilizou o site para tratar o tema escravidão contemporânea no ano em que foi promulgada a PEC do Trabalho Escravo.

**Quadro 1 – Análise das Estratégias de Comunicação do MHuD no ano em que foi promulgada a PEC do Trabalho Escravo (2014)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Data** | **Reportagem** | **Veículo** | **Editoria MHuD** | **Estratégias de Comunicação****(Ferramentas)** |
| 06/01/2014  | **Confira quem entrou e quem saiu da LISTA SUJA - Trabalho Escravo** | Repórter Brasil | Notícias Relacionadas | Divulgação/Denúncia |
| 12/01/2014 | **Padre Ricardo: Fraternidade e Tráfico** | MHuD | MHuD na Mídia | Palestra Vídeo<https://youtu.be/JQM0I2Q3bE4> |
| 28/01/2014  | **MPF: Campanha pela erradicação do Trabalho Escravo** | MPF | Histórico | Divulgação/Lançamento Campanha (SNCTE) |
| 27/01/2014 | **CAMPANHA pela desapropriação de Fazendas com Trabalho Escravo** | CPT Nacional | Notícias Relacionadas | Divulgação/Pressão Congresso (PEC438-PL432) |
| 25/03/2014 | **ONG lista marcas famosas beneficiadas com trabalho escravo** | Carta Campinas/ Repórter Brasil | Notícias Relacionadas | Denúncia/Divulgação |
| 19/05/2014  | **PEC do Trabalho Escravo pode ser votada na terça-feira** | Senado | Notícias Relacionadas | Divulgação |
| 23/05/2014 | **Dados da OIT levam ministros, magistrados e procuradores a pedir aprovação de PEC** | Rede Brasil Atual | Notícias Relacionadas | Divulgação/Lançamento Relatório OIT |
| 27/05/2014  | **Movimento de direitos humanos pede a Renan votação da PEC do Trabalho Escravo** | Senado | MHuD na Mídia | Entrega de carta (apelo) |
| 28/05/2014 | **Aprovada pelo Senado, PEC do Trabalho Escravo vai à promulgação** | G1 Brasília | MHuD na Mídia | Aprovação |
| 05.06.14 | Promulgação PEC Trabalho Escravo | Canal Youtube | Canal Humanos Direitos | Participação no Congresso – 934 visualizações |

Fonte: Pesquisa Documental

O Movimento Humanos Direitos utiliza estrategicamente os mais diversos meios de comunicação para ampliar a visibilidade de crimes cometidos contra os direitos humanos. Além da distribuição de conteúdos na mídia tradicional, o MHuD conta com o auxílio do site, canal no youtube e página no facebook. Vale destacar que apesar do grupo em discussão ter envolvimento com diversas causas sociais, o nosso estudo está voltado a conteúdos que tratam escravidão contemporânea no site do movimento.

A partir do mapeamento realizado, observamos que o site do MHuD está dividido nas seguintes páginas e subpáginas: Agenda; Atividades (Campanhas, Entrevistas, Histórico e Prêmio João Canuto); Dicas (Links e Outras); Denúncias (MHuD na Mídia e Notícias Relacionadas); Participantes (Associados, Amigos e Diretorias); Quem Somos e Vídeos. No quadro acima observamos que as matérias compartilhadas estão organizadas nas subpáginas Histórico, Notícias Relacionadas, MHuD na Mídia e Canal Humanos Direitos.

Na subpágina Histórico estão organizadas as iniciativas que marcam a atuação do movimento, como apresentação de campanhas por artistas, nomeação de membros, resultados de pesquisas e participação em mobilizações (reuniões, audiências e abaixo-assinado). Em Notícias Relacionadas está organizado o *clipping[[7]](#footnote-7)* de tudo que é divulgado na mídia sobre trabalho escravo. Do mesmo modo funciona a subpágina MHuD na Mídia, no entanto, apresenta o clipping de reportagens que destacam como os veículos de comunicação pautam o Movimento Humanos Direitos. A subpágina Vídeos funciona como link para o canal no youtube denominado Humanos Direitos onde estão reunidos os conteúdos audiovisuais produzidos pelo grupo.

A plataforma contém materiais produzidos por órgãos governamentais e não governamentais que também estão envolvidos na erradicação do trabalho escravo, como Repórter Brasil, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), Ministério Público Federal (MPF) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Ministério Público do Trabalho (MPT), entre outros.

As matérias destacadas no quadro também demonstram que diversos sites de notícias, ONGS e entidades governamentais pautam a temática. Percebemos aqui como funciona a rede de contatos do MHuD com outras organizações. Ao compartilhar ações dessas entidades, o movimento se estabelece em uma rede de denúncia do trabalho escravo que atua na divulgação da temática adotando diferentes estratégias de comunicação. A imagem dos participantes é o ponto chave do grupo, os artistas oferecem a visibilidade para fortalecer a luta contra a violação dos direitos humanos.

No vídeo compartilhado no site sobre a “Promulgação da PEC Trabalho Escravo”, antes de conceder a palavra à Letícia Sabatella, o senador Renan Calheiros destaca a popularidade da artista no Brasil e no mundo por suas participações em telenovelas de relevância, além de tornar público a satisfação em receber a atriz no Senado. Podemos considerar que o comportamento do senador revela que a visibilidade de artistas envolvidos com temáticas relacionadas aos direitos humanos causa um tipo de efeito que contribui para ampliar discussões a respeito da temática. Vale ressaltar que o vídeo em destaque apresenta 934 visualizações.

Na elaboração da Teoria da Ação Comunicativa, Habermas propõe uma mudança de paradigma, o da razão comunicativa, que rompe com a visão da razão instrumental e transcende a visão assimilada por Adorno e Horkheimer, da razão como subjetiva e autônoma, capaz de dirigir o destino dos homens. (FREITAG, 1988).

A razão comunicativa, neste sentido, é baseada nos processos de interação dialógica dos atores sociais envolvidos em uma situação, ela se constitui socialmente nas interações espontâneas, mas adquirem rigor através do discurso. É uma razão baseada em argumentos. O que vale, para os sujeitos envolvidos nestas interações comunicativas espontâneas é o poder do melhor argumento, pois cada interlocutor suscita uma pretensão de validade (verdade, correção, sinceridade) e existe uma expectativa que o outro sujeito envolvido na ação comunicativa possa, se desejar, contestar essa pretensão de validade com argumentos.

No caso estudado, a mobilização social acerca da temática trouxe o problema para a pauta da mídia bem como dos parlamentares, que foram convencidos pela argumentação baseada principalmente na questão da violação dos direitos humanos por meio da exploração do trabalho[[8]](#footnote-8).

Para Habermas é isto que é a racionalidade, não algo dado, algo inerente ao indivíduo isolado, mas um “procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e a autenticidade” (FREITAG, 1988, p. 59). A verdade, portanto, resulta de um diálogo entre pares, onde o que vale é o poder do argumento que melhor alcançar a pretensão de validade. A ação comunicativa, e a razão que daí decorre, é, portanto, livre, democrática, argumentativa e essencialmente ligada ao campo da linguagem.

Neste contexto, acreditamos que o exemplo estudado neste artigo pode ser entendido à luz da ação comunicativa, uma vez que diferencia-se das ações instrumentais e até mesmo estratégicas[[9]](#footnote-9). Enquanto a ação comunicativa é um tipo de interação social em que um acordo racional é que coordena os diversos objetivos das pessoas envolvidas, objetivos estes que são o entendimento recíproco entre as partes por intermédio da linguagem, as outras duas ações se caracterizam por ter a busca de realização de um fim desejado pelas pessoas envolvidas como a intenção primordial da interação. Neste caso, a racionalidade destas duas últimas ações está voltada para a ideia da eficácia dos meios empregados para atingir um fim. Na ação instrumental, o sujeito não lida diretamente com outras pessoas, mas com coisas; e na ação estratégica, o sujeito busca influenciar o outro para que este realize atos que levem à obtenção do fim desejado, ou seja, o outro é somente um meio para alcançar um fim.

Acreditamos que o exemplo aqui estudado ultrapassa a ação instrumental ao ponto que convence, pelo argumento, a opinião pública e, consequentemente, os parlamentares sobre a necessidade de expropriar terras onde for encontrado o crime do trabalho escravo como uma espécie de punição aos escravocratas.

O reconhecimento da PEC do Trabalho Escravo aconteceu no dia 5 de junho 2014. Tal conquista é resultado do trabalho desenvolvido por diversas entidades durante um longo período. A promulgação da PEC 438 determina a expropriação de terras em que se verifique a prática de trabalho escravo. Após promulgação, tornou-se uma lei, ou seja, uma norma que deve ser respeitada por todos. Todavia, a bancada ruralista se prepara para votar o Projeto de Lei 432, que prevê a mudança no conceito de trabalho escravo[[10]](#footnote-10). Nota-se, portanto que a apresentação do projeto de lei é considerada um grande retrocesso para o nosso país.

**Considerações Finais**

Não é unicamente sobre o conceito de razão que a crítica – e a reorganização de novos parâmetros conceituais – de Habermas se foca. Ele centra sua atenção em outros dois conceitos fundamentais à Teoria Crítica além da razão: a verdade e a democracia.

Para Habermas, aquelas três pretensões de validade – de verdade, de correção normativa e de sinceridade – são universais e co-originárias, isto é, elas se aplicam a todo ato de fala e não podem ser derivadas uma da outra. (REPA, 2008, p. 168)

No caso analisado neste artigo, podemos pensar a campanha de combate ao trabalho escravo como um discurso que foi validado pela opinião pública a partir de uma construção argumentativa convincente elaborada pelo movimento social. Vale destacar que Habermas (2010) também prevê, na teoria da ação comunicativa, a possibilidade dos sujeitos envolvidos na interação de contestar a pretensão de validade dos argumentos e entende esse fato como um pleno exercício da democracia.

Mesmo que a pesquisa esteja em fase inicial, já é possível verificar que o MHuD utiliza o site como rede de denúncia, informação, conscientização e mobilização na luta contra os mais diversos tipos de violação da dignidade humana se envolvendo com questões relacionadas a abusos praticados contra crianças e adolescentes, questões agrárias e ambientais.

Analisando a estrutura da plataforma, percebemos que o MHuD trata o tema trabalho escravo contemporâneo utilizando estratégias de comunicação diferenciadas o que inclui o grupo na rede de denúncias contra o trabalho escravo sendo responsável pela participação em audiências públicas, campanhas, eventos, distribuição de informações e incentivo a participação popular nas causas sociais.

O site do movimento é utilizado para compartilhar informações de diferentes veículos. O trabalho desenvolvido pelo MHuD contribui para ampliar e subsidiar o debate qualificado sobre o assunto, bem como visibiliza e aumenta o envolvimento da sociedade nas decisões do Congresso Nacional.

Referências Bibliográficas

BALDISSERA, Rudimar. Estratégia, Comunicação e Relações Públicas, 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001. Disponível em: < <http://www.sinprorp.org.br/clipping/2007/estrategia.pdf>>. Acesso em: 25 junho 2016.

BARRETO, Helena Martins do Rêgo. **Esfera Pública e a atuação dos movimentos Sociais no âmbito da comunicação: apontamentos para um debate necessário**. Artigo apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Movimentos Sociais e Cidadania do Seminário de Comunicação, Cultura e Cidadania do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial**: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

FREITAG, Bárbara. **Teoria crítica**: ontem e hoje. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Trotta, 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

HOHLFELTD; Antonio; MARTINO Luiz C.; FRANÇA Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Vozes, Petrópolis, RJ, 2007.

NOVELLI, Ana Lucia. **Esfera pública interna às organizações: um desafio para as relações públicas**. In: Comunicação: discursos, práticas e tendências. BARROS, Antonio Teixeira de; DUARTE, Jorge Antonio Menna; MARTINEZ, Regina Esteves[org.], São Paulo: Rideel; Brasília : UniCEUB, 2001.

REPA, Luiz. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos. (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

SILVA, Antonio Paiva. **Análise das Estratégias de Comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. 2014. 73f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Links consultados:

<http://www.humanosdireitos.org>

<http://www.trabalhoescravo.org.br/>

1. A entidade foi fundada após um e-mail que o ator Marcos Winter, em 5 de dezembro de 2002, enviou ao padre Ricardo Rezende Figueira. Nele, Marcos, considerava que todo artista tinha uma responsabilidade social. E perguntava se não seria interessante criar uma “associação” de artistas que se envolveriam com o tema dos direitos humanos. Os artistas ofereceriam sua visibilidade na mídia em favor de pessoas e instituições que abraçassem causas justas. Dessa forma, eles fariam denúncias de violações aos direitos humanos como o trabalho escravo contemporâneo. Buscariam apoiar causas, a partir de informações seguras, que pudessem ser acompanhadas por grupos locais. Assim, em janeiro de 2003 a ideia ganhou corpo e foi fundado o MHuD, que desenvolve uma série de atividades em prol da paz e dos direitos humanos. (Fonte: [www.humanosdireitos.org](http://www.humanosdireitos.org)) [↑](#footnote-ref-1)
2. http://www.humanosdireitos.org [↑](#footnote-ref-2)
3. A promulgação da PEC 438 aconteceu no dia 5 de junho de 2014. [↑](#footnote-ref-3)
4. A pedido da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), a Repórter Brasil organizou esta página especial voltada para a cobertura sobre a PEC do Trabalho Escravo. As informações têm como objetivo ampliar e subsidiar o debate qualificado sobre a questão, bem como dar visibilidade e aumentar o envolvimento da sociedade nas discussões e votações sobre o tema no Congresso Nacional. Fonte: (http://www.trabalhoescravo.org.br/) [↑](#footnote-ref-4)
5. Ricardo Rezende é padre, antropólogo e professor da UFRJ. Mestre e Doutor na questão do Trabalho Escravo no Brasil. [↑](#footnote-ref-5)
6. O material do youtube é disponibilizado na editoria Vídeos no site do MHuD. [↑](#footnote-ref-6)
7. Espécie de mapeamento de matérias jornalísticas publicadas na mídia durante um determinado período de tempo. [↑](#footnote-ref-7)
8. Não desconsideramos nessa análise o jogo de forças políticas que existe na Câmara dos Deputados, e neste caso específico principalmente da bancada ruralista contra a Emenda. Entretanto, entendemos que a estratégia utilizada pelo movimento social conduziu de tal forma a opinião pública acerca do caso e acabou convencendo alguns deputados principalmente preocupados com a imagem ficar atrelada aos escravocratas. [↑](#footnote-ref-8)
9. Entendemos que a campanha de combate ao trabalho escravo promovida pela MhuD como uma ação estratégica, conforme a proposta de Habermas (2010). Entretamento, acreditamos que os desdobramentos de sua ação (principalmente de convencimento da maioria dos parlamentares) podem ser entendidos aqui como ação comunicativa. [↑](#footnote-ref-9)
10. Pelo artigo 149, são elementos que determinam trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais o que coloca em risco a saúde e a vida do trabalhador); jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida); trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas); e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). (Fonte: http:www.humanosdireitos.org) [↑](#footnote-ref-10)